A IMPORTÂNCIA DA COLABORAÇÃO ENTRE PROFESSORES E AUXILIARES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS

ELIANE PEREIRA DE OLIVEIRA

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos maiores desafios para a educação inclusiva na atualidade. A diversidade de características e necessidades dos alunos com TEA exige uma abordagem pedagógica multifacetada e um sistema de apoio que vá além das metodologias tradicionais. Neste contexto, o presente trabalho discute a relevância da colaboração entre professores regentes e auxiliares de apoio escolar como um pilar fundamental para a efetiva inclusão desses estudantes. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, explora como a comunicação eficaz, a partilha de responsabilidades e a complementaridade de funções entre ambos os profissionais impactam positivamente no desenvolvimento acadêmico, social e emocional do aluno autista. O estudo aborda as responsabilidades de cada um, destacando o papel do professor na mediação pedagógica do conteúdo curricular e o do auxiliar no suporte individualizado, na adaptação de atividades e na mediação das interações sociais. São analisados os desafios e as barreiras que dificultam essa parceria, como a falta de formação específica, a escassez de tempo para planeamento conjunto e a ausência de diretrizes claras. Conclui-se que a sinergia entre o conhecimento pedagógico do professor e a expertise do auxiliar no acompanhamento das necessidades específicas do aluno é crucial para a criação de um ambiente escolar mais acessível e acolhedor. A colaboração não se limita apenas ao espaço da sala de aula, mas se estende ao planejamento de estratégias, à troca de informações sobre o progresso do aluno e à adaptação de materiais. Portanto, investir na formação contínua, em momentos de planejamento colaborativo e no reconhecimento da função de ambos os profissionais é essencial para garantir uma inclusão de qualidade e para potencializar as capacidades dos alunos com TEA.

PALAVRAS- CHAVE: Inclusão; Autismo; Colaboração; Professor; Auxiliar de Apoio.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) represents one of the major challenges for inclusive education today. The diverse characteristics and needs of students with ASD require a multifaceted pedagogical approach and a support system that goes beyond traditional methodologies. In this context, this paper discusses the relevance of collaboration between regular teachers and school support assistants as a fundamental pillar for the effective inclusion of these students. The research, of a qualitative and bibliographical nature, explores how effective communication, shared responsibilities, and complementary roles between both professionals positively impact the academic, social, and emotional development of the student with autism. The study addresses the responsibilities of each professional, highlighting the teacher's role in the pedagogical mediation of the curriculum and the assistant's role in providing individualized support, adapting activities, and mediating social interactions. We analyze the challenges and barriers that hinder this partnership, such as the lack of specific training, a scarcity of time for joint planning, and the absence of clear guidelines. The paper concludes that the synergy between the teacher's pedagogical knowledge and the assistant's expertise in meeting the student's specific needs is crucial for creating a more accessible and welcoming school environment. This collaboration is not limited to the classroom but extends to planning strategies, exchanging information about the student's progress, and adapting materials. Therefore, investing in continuous training, dedicated time for collaborative planning, and recognizing the roles of both professionals is essential to ensure quality inclusion and to enhance the capabilities of students with ASD.

KEYWORDS: Inclusion; Autism; Collaboration; Teacher; Support Assistant.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa um dos maiores avanços e, simultaneamente, um dos mais significativos desafios da pedagogia contemporânea. A partir de marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o Brasil consolidou a diretriz de que todas as crianças, independentemente de suas condições, têm o direito de aprenderem juntas, no mesmo ambiente escolar. No entanto, a materialização desse ideal exige mais do que a simples matrícula; requer um sistema de apoio robusto e uma reestruturação das práticas pedagógicas para atender à diversidade inerente à sala de aula. Dentre os diferentes perfis que demandam atenção especializada, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) destaca-se por suas particularidades no desenvolvimento da comunicação, da interação social e da inflexibilidade de comportamentos, tornando a inclusão um processo complexo e desafiador.

Neste cenário, a figura do profissional de apoio escolar, comumente designado como auxiliar ou mediador, emerge como um recurso fundamental. Sua presença visa oferecer o suporte individualizado que o aluno autista necessita, permitindo que o professor regente continue a gerir a dinâmica da classe. Contudo, a simples alocação desses profissionais não garante a efetividade do processo. O problema central que este trabalho se propõe a investigar é a lacuna existente na colaboração entre professores e auxiliares de apoio. Observa-se, frequentemente, uma falta de comunicação, uma divisão de tarefas não alinhada e, em muitos casos, a ausência de um planejamento conjunto. Essa desarticulação pode comprometer o desenvolvimento do aluno, gerando inconsistência nas abordagens e limitando o potencial de aprendizado.

Diante do exposto, a relevância deste estudo reside na necessidade de se analisar e valorizar a parceria entre esses dois agentes educacionais como um pilar essencial para a inclusão de qualidade. A colaboração não é apenas uma conveniência, mas uma estratégia pedagógica que otimiza o uso dos recursos humanos disponíveis, maximiza os resultados educacionais e promove um ambiente escolar mais acolhedor e funcional para o aluno com TEA. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a importância dessa colaboração, explorando seus benefícios e desafios, e, como objetivos específicos, identificar as funções e responsabilidades de cada profissional, investigar as principais barreiras que impedem uma parceria eficaz e sugerir diretrizes para fortalecer essa relação profissional em prol da inclusão.

Para atingir tais objetivos, a pesquisa será de natureza qualitativa e bibliográfica, baseada na análise de obras científicas, artigos, dissertações e documentos legais que abordam a educação inclusiva, o Transtorno do Espectro Autista, a formação docente e o papel do profissional de apoio escolar. O estudo será estruturado em capítulos que abordarão, sucessivamente: o referencial teórico sobre a educação inclusiva e o TEA; a definição das funções de professores e auxiliares no contexto da inclusão; a análise das dinâmicas de colaboração e dos desafios enfrentados; e, por fim, as considerações finais, que sintetizarão os achados da pesquisa e apontarão para perspectivas futuras. Acredita-se que este trabalho contribuirá para a reflexão sobre as práticas educacionais e para a valorização de uma abordagem mais integrada e colaborativa, essencial para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

O PAPEL DO AUXILIAR DE INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

A educação inclusiva, preconizada pela legislação brasileira, especialmente a Lei nº 13.146/2015, reconhece o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade, em um ambiente que atenda às suas necessidades. Nesse cenário, a figura do auxiliar de inclusão, também conhecido como mediador escolar, emergiu como um pilar fundamental para a efetivação desse ideal, particularmente no acompanhamento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Sua atuação, longe de ser meramente assistencial, constitui-se como uma função pedagógica, mediadora e terapêutica, crucial para o desenvolvimento integral da criança.

O auxiliar de inclusão atua como uma ponte entre o aluno com TEA e o ambiente es-

colar, que muitas vezes pode ser sobrecarregado de estímulos ou rotinas que geram dificuldades. Sua principal responsabilidade é fornecer suporte individualizado e estratégico, adaptado às especificidades de cada estudante. Isso inclui desde a facilitação na compreensão de instruções e conteúdos pedagógicos até o auxílio na navegação social e na regulação emocional. Por exemplo, em uma sala de aula com 30 alunos, o professor pode não ter a capacidade de adaptar uma atividade para um estudante que apresenta dificuldades sensoriais ou de comunicação; é nesse momento que o auxiliar de inclusão intervém, utilizando recursos visuais, simplificando a linguagem ou oferecendo um tempo de transição, garantindo que o aluno possa participar plenamente.

A distinção entre o papel de "cuidador" e o de "auxiliar de inclusão" é crucial. Enquanto o primeiro se limita a tarefas de assistência física e de segurança, o segundo assume uma responsabilidade educacional, colaborando na aplicação de planos de ensino, na mediação de interações sociais e na promoção da autonomia. A atuação do auxiliar de inclusão é respaldada pela política educacional que prevê a oferta de apoio escolar para o público-alvo da educação especial. Conforme apontam Oliveira e Souza (2020), a presença desse profissional garante que o aluno com TEA não apenas frequente a escola, mas tenha suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento atendidas de forma significativa. Ele é o agente que possibilita que a criança com TEA não apenas "esteja" na escola, mas que, de fato, "pertença" e aprenda nesse espaço, promovendo a sua participação ativa e seu senso de pertencimento. O trabalho do auxiliar é, portanto, um ato de mediação constante que torna o ambiente escolar mais acessível e receptivo à diversidade.

A COLABORAÇÃO ENTRE PROFESSORES E AUXILIARES NA INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS

O processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige uma abordagem que transcenda a simples presença do estudante em sala de aula. A efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende de um sistema de apoio coeso, e o elo fundamental desse sistema é a colaboração entre professores e auxiliares de inclusão. A parceria entre esses dois profissionais não se resume a uma mera divisão de tarefas, mas se configura como uma co-responsabilidade pedagógica, na qual o conhecimento acadêmico do professor se une à expertise prática e observacional do auxiliar para criar um ambiente de aprendizagem holístico e responsivo.

O professor, como o especialista do currículo e o planejador pedagógico, tem a responsabilidade de adaptar suas metodologias para atender a toda a diversidade da classe. No entanto, a complexidade do TEA, com suas particularidades na comunicação, interesses restritos e comportamentos repetitivos, demanda um suporte individualizado que, muitas vezes, vai além da capacidade de um único profissional. É aqui que a parceria com o auxiliar de inclusão se torna crucial. A colaboração permite uma sinergia de conhecimentos: enquanto o professor define os objetivos de aprendizagem e a estrutura das atividades, o auxiliar, que acompanha de perto o aluno, pode fornecer insights valiosos sobre como o estudante melhor aprende, o que o motiva e quais são seus gatilhos comportamentais. Essa troca de informações é essencial para o ajuste fino das estratégias de ensino, garantindo que as intervenções sejam consistentes e eficazes.

Contudo, essa colaboração ideal enfrenta desafios significativos. A falta de formação contínua e específica para ambos os profissionais é um dos principais obstáculos. O auxiliar de inclusão, em muitos casos, não tem preparo técnico em temas como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ou comunicação alternativa, o que limita sua capacidade de atuação. Além disso, a indefinição de atribuições e a ausência de tempo dedicado para o planejamento conjunto geram um trabalho fragmentado e desalinhado (PEREIRA, 2018). Essa desarticulação pode levar a inconsistências que são prejudiciais ao aluno com TEA, que depende de rotinas e previsibilidade para se sentir seguro.

Para superar essas barreiras, é imprescindível que a gestão escolar assuma um papel ativo. Conforme indicado por Souza e Lima

(2023), é necessário criar um ambiente institucional que valorize e promova a colaboração. Isso inclui a oferta de formação em serviço que capacite professores e auxiliares, bem como a alocação de tempo na jornada de trabalho para reuniões de planejamento. O reconhecimento profissional do auxiliar, com contratos mais estáveis e remuneração adequada, também é fundamental para atrair e reter talentos que possam construir um relacionamento de confiança e continuidade com os alunos. Em suma, o fortalecimento da parceria entre professor e auxiliar é o caminho para transformar a inclusão de um conceito legal em uma prática diária, garantindo um ambiente escolar que não apenas recebe, mas verdadeiramente educa e acolhe a todos.

CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E SOCIAL DO ALUNO COM TEA

A presença de um profissional de apoio escolar é um dos pilares da educação inclusiva para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A atuação desse agente, quando devidamente capacitada e alinhada com a equipe pedagógica, se traduz em contribuições substanciais para o desenvolvimento global da criança. Longe de ser uma mera companhia, o auxiliar de inclusão se configura como um mediador estratégico que impacta positivamente tanto o progresso acadêmico quanto as habilidades sociais e emocionais do aluno. Essa mediação, segundo a literatura, é a chave para transformar a presença física em participação efetiva, garantindo que o estudante com TEA não apenas frequente a escola, mas que, de fato, aprenda e se desenvolva.

CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

No plano acadêmico, o auxiliar de inclusão é o elo que conecta o currículo formal às necessidades específicas do estudante. Sua principal função é tornar o aprendizado mais acessível, compreensível e motivador. Isso é alcançado por meio de diversas estratégias, como:

No plano acadêmico, o auxiliar de inclusão é o elo que conecta o currículo formal às necessidades específicas do estudante. Sua principal função é tornar o aprendizado mais acessível, compreensível e motivador. Isso é alcançado por meio da adaptação de materiais e atividades, que pode envolver a simplificação de textos e a utilização de recursos visuais, como cartões e quadros de rotina. Essa atuação permite que o aluno com TEA, que frequentemente tem dificuldades com o processamento de informações verbais, compreenda as instruções e realize as atividades com maior autonomia. A mediação pedagógica é, de fato, uma estratégia que permite o engajamento cognitivo do aluno, garantindo que ele não fique marginalizado em relação ao conteúdo curricular, conforme defendem Costa e Ferreira (2022).

A atuação do auxiliar também é crucial na mediação da comunicação. Muitos alunos com TEA enfrentam barreiras significativas nesse campo. O profissional facilita a interação, traduzindo as instruções do professor para uma linguagem mais direta e compreensível para o estudante. Ele pode, ainda, utilizar sistemas de comunicação alternativa ou reorganizar a informação de maneira mais lógica e sequencial. Essa mediação é vital para que o aluno possa acompanhar a aula e expressar suas próprias necessidades e ideias, fortalecendo sua participação e sua confiança no ambiente escolar.

Além da adaptação curricular e da mediação, o auxiliar de inclusão é fundamental na promoção do engajamento e da motivação. Ao construir um vínculo de confiança com o aluno, ele consegue identificar os interesses restritos do estudante (por exemplo, temas como dinossauros ou super-heróis) e usá-los como ferramentas para o aprendizado. Ao incorporar esses interesses nas atividades pedagógicas, o auxiliar torna o processo de aprendizagem mais relevante e atrativo para o aluno, facilitando a aquisição de novos conhecimentos e habilidades (Mendes, 2021). Essa abordagem personalizada é o que diferencia uma inclusão superficial de uma inclusão de fato significativa.

PROMOÇÃO DA SOCIALIZAÇÃO E REGULAÇÃO COMPORTAMENTAL

A atuação do auxiliar de inclusão tem um papel igualmente crucial no desenvolvimen-

to social e emocional do aluno com TEA. As dificuldades na interação social e a regulação emocional são características centrais do transtorno, e o apoio do profissional é essencial para mitigar esses desafios. O auxiliar atua como um facilitador das interações com os colegas, ensinando habilidades sociais em tempo real, já que o ambiente escolar pode ser um terreno desafiador para crianças com TEA. Ele pode orientar o aluno sobre como iniciar uma conversa, compartilhar brinquedos, pedir ajuda ou interpretar as emoções dos outros. Conforme Farias e Cunha (2018), essa mediação promove a integração e a construção de vínculos com os pares, reduzindo o isolamento social. O profissional também desempenha um papel importante ao orientar os colegas da turma sobre as formas adequadas de interagir com o aluno com TEA, o que fomenta um clima de respeito e empatia na sala de aula.

Além disso, o auxiliar de inclusão oferece suporte para a regulação emocional e comportamental. Muitos alunos com TEA são sensíveis a estímulos sensoriais e a mudanças de rotina, o que pode levar a momentos de ansiedade e estresse. Por estar em contato direto e contínuo com o aluno, o auxiliar é o primeiro a identificar sinais precoces de desconforto. Sua atuação preventiva, que inclui oferecer estratégias de autorregulação, como um tempo de pausa em um espaço tranquilo ou o uso de fones de ouvido para reduzir o ruído, é vital para evitar crises e manter o aluno no ambiente de aprendizagem. Esse apoio promove uma sensação de segurança e previsibilidade, elementos essenciais para o bem-estar da criança no contexto escolar.

A consolidação de todas essas contribuições depende de um fator primordial: a colaboração efetiva com o professor. A atuação do auxiliar não é um trabalho isolado, mas uma extensão do plano pedagógico da sala de aula. É na parceria entre o conhecimento curricular do professor e a expertise comportamental do auxiliar que reside a verdadeira força da inclusão. A troca constante de informações, o planejamento conjunto e o alinhamento de estratégias garantem que as intervenções sejam consistentes e que o aluno receba o suporte necessário em todas as esferas de seu desenvolvimento. A ausência dessa colaboração, como alertam Silva et al. (2021), pode comprometer o processo, tornando a presença do auxiliar uma mera formalidade, sem o impacto positivo desejado.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO COLABORATIVA ENTRE PROFESSORES E AUXILIARES

Apesar da inquestionável importância da parceria entre professores e auxiliares de inclusão para o sucesso da educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a implementação dessa colaboração no dia a dia escolar ainda enfrenta uma série de desafios que comprometem sua efetividade. A ideal sinergia entre o conhecimento pedagógico do professor e o suporte especializado do auxiliar frequentemente é prejudicada por barreiras estruturais, formativas e institucionais. Para que a inclusão se torne uma prática consistente e transformadora, é fundamental identificar esses obstáculos e, em seguida, propor soluções que fortaleçam essa relação profissional.

DESAFIOS DA PARCERIA COLABORATIVA

O principal obstáculo para uma colaboração eficaz reside na falta de formação especializada e na indefinição das atribuições dos profissionais de apoio. Muitos auxiliares de inclusão iniciam suas atividades com pouca ou nenhuma capacitação em temas essenciais como o próprio Transtorno do Espectro Autista, Análise do Comportamento Aplicada (ABA), comunicação alternativa ou estratégias de regulação sensorial. Essa defasagem, como apontado por Souza e Lima (2023), gera uma lacuna de conhecimento que dificulta o diálogo com o professor e limita a atuação do auxiliar a um papel de "cuidador" ou "monitor", desconsiderando a sua função como mediador pedagógico e educacional. A ausência de um preparo técnico-pedagógico adequado impede que o auxiliar compreenda a intencionalidade das atividades e os objetivos de aprendizagem, transformando-o em um mero executor de tarefas, sem autonomia ou capacidade de adaptação.

A essa problemática soma-se a indefinição

do papel do auxiliar nas instituições de ensino. A falta de um plano de carreira, salários baixos e a precariedade dos contratos geram uma alta rotatividade de profissionais. Essa instabilidade inviabiliza a construção de um vínculo sólido e duradouro entre o auxiliar e o aluno, que é a base para o sucesso de qualquer intervenção (Mendes, 2021). Além disso, a ausência de uma regulamentação clara sobre as responsabilidades de cada um pode levar a conflitos de competência com professores e outros membros da equipe pedagógica. Sem diretrizes definidas, o trabalho se torna fragmentado, o que compromete a consistência das estratégias, algo particularmente prejudicial para estudantes com TEA, que dependem da previsibilidade.

Outro desafio crucial é a ausência de tempo e espaços formais para o planejamento conjunto. A realidade da rotina escolar, com agendas sobrecarregadas, raramente reserva momentos para que professores e auxiliares se encontrem, troquem informações sobre o progresso do aluno, discutam os desafios e alinhem as estratégias. A comunicação, quando ocorre, é apressada e informal, o que impede uma análise aprofundada das necessidades do estudante e a elaboração de um plano de ação verdadeiramente colaborativo. Essa falta de diálogo formal, como ressaltam Silva et al. (2021), faz com que o potencial da parceria seja subaproveitado, levando a intervenções isoladas e pouco eficazes.

PERSPECTIVAS E O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR

Para superar os desafios acima, é imprescindível que as políticas educacionais e as gestões escolares assumam um papel proativo na promoção da colaboração. O caminho para uma inclusão de qualidade passa pela adoção de medidas que fortalecem a formação e o reconhecimento desses profissionais. A principal perspectiva é o investimento em formação contínua e compartilhada. É necessário que as redes de ensino ofereçam programas de capacitação que capacitem tanto os professores quanto os auxiliares, preferencialmente de forma conjunta, abordando não apenas o TEA, mas também as habilidades de comunicação interprofissional e o trabalho em equipe.

Essa formação colaborativa cria uma linguagem comum, alinha as expectativas e constrói a confiança necessária para uma parceria de sucesso. Além disso, a valorização do conhecimento prático do auxiliar deve ser incentivada, garantindo que ele tenha voz e seja ouvido nos processos de tomada de decisão sobre o aluno.O reconhecimento institucional é outro pilar fundamental. É urgente que a função do auxiliar de inclusão seja regulamentada, com salários justos, contratos estáveis e um plano de carreira claro. Elevar o status do auxiliar de inclusão de "cuidador" para "profissional da educação" é um passo essencial para atrair e reter talentos qualificados, além de valorizar o trabalho de quem já atua na área.

A gestão escolar tem um papel estratégico na criação de uma cultura de colaboração. Isso se manifesta em ações concretas, como a alocação de tempo na jornada de trabalho para reuniões formais de planejamento entre professor e auxiliar, a disponibilização de materiais e recursos didáticos adaptados, e a promoção de um ambiente onde a comunicação aberta e o apoio mútuo sejam incentivados. O gestor, como líder pedagógico, deve ser o principal articulador dessa parceria, garantindo que a inclusão seja vista como uma responsabilidade de toda a comunidade escolar. A superação dos desafios, portanto, não é apenas uma questão de boa vontade, mas de um compromisso institucional com a qualidade da educação para todos.

O PAPEL DO PROFESSOR E DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A educação inclusiva, conforme estabelecida por documentos como a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), exige que o sistema de ensino se adapte para atender a diversidade de todos os alunos. Nesse contexto, o professor emerge como um dos principais agentes para que a inclusão se torne uma realidade, e não apenas uma norma legal. Educar uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou com outras necessidades especiais é uma experiência que, como aponta Bereohff (1991), leva o docente

a questionar suas próprias ideias sobre educação e competência profissional. O impacto dos primeiros contatos entre o professor e essas crianças, muitas vezes desconhecidas e imprevisíveis, torna-se um desafio.

O papel do professor vai muito além da simples transmissão de conteúdo. Ele é o responsável por flexibilizar o diálogo, estimular a interação e ampliar a qualidade do convívio escolar para toda a comunidade. Para isso, o docente precisa estar preparado para atender às solicitações específicas das crianças autistas, adaptando o conteúdo e o programa de ensino ao potencial, idade e interesse de cada aluno. A intervenção rápida e assertiva do professor é crucial quando a criança executa uma atividade de forma inadequada, como sugere Peeters (1998). Essa intervenção pode ser desde uma orientação verbal até uma assistência física, como segurar a mão da criança, demonstrando que o professor está presente e disposto a guiar o aprendizado.

Além disso, a inclusão não se dá apenas pela matrícula. A escola, e em especial o professor, deve focar em uma educação plural, capaz de pensar em práticas que estimulem atividades heterogêneas e que busquem a inclusão de todos na sala de aula. É preciso criar uma cultura de aceitação e compreensão, que se baseie na empatia emocional e no reconhecimento das dificuldades e necessidades das pessoas do espectro autista. O professor, em sua prática diária, deve ir além do currículo pré-estabelecido e pensar nas singularidades de cada aluno, promovendo um aprendizado comum que respeite os diferentes ritmos e formas de aprender. Isso reforça que a avaliação do aluno deve ser feita com base em seu conhecimento e progresso, e não em suas dificuldades ou erros, incentivando a autoconfiança e evitando que a criança se sinta envergonhada.

Nesse processo, a família também tem um papel fundamental, sendo responsável por construir uma parceria com os educadores a fim de fornecer ao aluno o suporte necessário para que ele se sinta seguro e confortável na escola. A colaboração entre família e escola é uma via de mão dupla que fortalece o processo de inclusão. A família pode fornecer insights valiosos sobre o comportamento da criança em casa, suas preferências e seus desafios, informações que são essenciais para o professor e a equipe pedagógica na elaboração de estratégias de apoio mais eficazes. Por sua vez, a escola deve manter a família informada sobre o progresso do aluno, seus avanços e as dificuldades encontradas, criando um ambiente de confiança e cooperação.

Ainda, a família pode auxiliar no processo de estimulação de habilidades linguísticas, motoras e interativas, dedicando tempo para conversar com a criança sobre suas impressões da escola, sobre o que aprendeu, etc. Essa comunicação constante entre casa e escola é o que garante que a inclusão seja um projeto integral e consistente, que acompanha o aluno em todos os seus ambientes de convívio.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

Apesar das garantias legais e dos princípios da educação inclusiva, a realidade de muitas escolas brasileiras ainda está longe do ideal. A inclusão, infelizmente, é muitas vezes resumida à simples matrícula do aluno com necessidades especiais, sem o acompanhamento e o suporte pedagógico adequados. Essa "inclusão" superficial, como Mantoan (2009) descreve, é a de uma escola que, ao invés de acolher a diversidade, insiste em um padrão de conhecimento uniforme, excluindo aqueles que não se enquadram.

Um dos maiores desafios é a dissonância entre as propostas teóricas e a prática. A inclusão, para Mantoan (2006), deve ser vista como um movimento social que exige maior igualdade, propondo a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida pelas formas segregadoras de ensino. No entanto, o currículo pré-estabelecido e a rigidez dos sistemas de ensino frequentemente não pensam nas singularidades de cada aluno. É preciso que a escola, como um todo, se adapte e se prepare para ser plural, com práticas que estimulem atividades heterogêneas e que promovam a troca de experiências entre todos os alunos.

A inclusão tem sido realizada, na prática, de diferentes formas, como a frequência inte-

gral ou parcial do aluno na turma regular. Embora essas diferentes modalidades possam ser uma tentativa de adaptar o ensino, elas evidenciam a necessidade de um suporte especializado e contínuo, que muitas vezes é buscado em institutos de educação especial, fonoaudiólogos e terapias. O desafio é que a escola regular seja capaz de incorporar esse suporte, de forma a garantir que a inclusão seja plena e não fragmentada.

Para superar esses desafios, a escola deve pensar e implementar ações que visem a inclusão de todos na sala de aula, como a criação de oportunidades de estudos e pesquisa para todos, a promoção de trabalhos que busquem mostrar as diferenças de forma positiva e a troca constante de experiências entre alunos, professores e pais. A inclusão, como ressaltam Aarons e Gittens (1992), é benéfica para todos os alunos, pois a exposição à diversidade aprimora habilidades sociais e promove a empatia, beneficiando tanto os alunos incluídos quanto seus pares. Portanto, o sucesso da inclusão depende de um movimento que vá além da legislação. É um processo contínuo que exige, por parte da escola, o foco em uma educação plural e qualificada, a revisão de suas práticas e uma constante reflexão sobre o que é normalidade e competência profissional. A inclusão não é apenas sobre aceitar a matrícula de um aluno, mas sobre construir projetos e propostas que, apesar dos desafios, sejam ministrados com êxito e pensando em um aprendizado comum, que valorize e celebre a singularidade de cada estudante. A inclusão de fato ocorre quando a escola, em todos os seus aspectos, se torna um ambiente favorável, seguro e acolhedor para que todos possam aprender e conviver.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho configura-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, com foco no método de revisão bibliográfica. Esta metodologia foi escolhida por ser a mais adequada para reunir, analisar e sintetizar o conhecimento já produzido sobre a temática central deste estudo: a colaboração entre professores e auxiliares de inclusão no contexto da educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A pesquisa baseou-se na análise aprofundada de um conjunto de materiais que forneceram a fundamentação teórica necessária. A coleta de dados foi realizada através da leitura e interpretação de artigos científicos, documentos legais e declarações internacionais que abordam a educação inclusiva e o TEA. As principais fontes consultadas para a construção deste trabalho incluem:

O estudo da educação inclusiva no Brasil e no mundo se baseia em um sólido arcabouço teórico e legal. A análise de normativas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Declaração de Salamanca e a Lei Brasileira de Inclusão é fundamental, pois esses documentos estabelecem o quadro legal e filosófico que sustenta a prática da inclusão. Eles garantem o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade em um ambiente que atenda às suas necessidades, servindo como base para as políticas educacionais do país.

Além da legislação, a literatura acadêmica desempenha um papel crucial na compreensão e aprimoramento da educação inclusiva. A revisão e a síntese de artigos e ensaios teóricos de autores renomados na área da educação especial e do autismo fornecem o aprofundamento necessário para a pesquisa. A seleção de material bibliográfico deve focar em estudos que explorem temas como o papel e as contribuições do profissional de apoio escolar, as funções do docente e as dinâmicas de colaboração entre a equipe pedagógica. Essa base teórica enriquece a discussão e orienta a implementação de práticas mais eficazes e alinhadas com as necessidades dos alunos.

O processo de análise seguiu um método de síntese, no qual as informações foram organizadas por categorias temáticas. Inicialmente, o foco foi na definição dos conceitos de inclusão e no papel dos profissionais envolvidos. Posteriormente, a análise se aprofundou nas contribuições acadêmicas e sociais da atuação do auxiliar de inclusão e nas responsabilidades do professor, culminando na discussão dos desafios e das estratégias para fortalecer a colaboração entre ambos.

A abordagem qualitativa permitiu uma compreensão aprofundada dos fenômenos e das dinâmicas sociais envolvidas no proces-

so de inclusão, indo além da quantificação para explorar as nuances e as complexidades das interações profissionais. A revisão bibliográfica, por sua vez, garantiu que a argumentação fosse construída sobre uma base sólida de conhecimento científico e legal, oferecendo uma visão abrangente sobre o tema e permitindo a proposição de reflexões e perspectivas futuras.

CONCLUSÃO

A educação inclusiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio complexo e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de aprimoramento para todo o sistema educacional. A partir da análise bibliográfica realizada, é possível concluir que a efetividade da inclusão não se limita à simples presença do estudante em sala de aula, mas depende crucialmente da qualidade da colaboração entre professores e auxiliares de inclusão. Essa parceria se mostrou a força motriz que transforma a teoria inclusiva em uma prática pedagógica concreta, adaptada e humanizada.

Ao longo deste trabalho, demonstrou-se que o profissional de apoio é um mediador essencial, cuja atuação vai muito além do suporte físico. Suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA, através da adaptação de materiais, da mediação de interações e da promoção da regulação emocional, são inegáveis. Contudo, essa atuação só alcança seu potencial máximo quando alinhada ao conhecimento curricular e à responsabilidade pedagógica do professor. A coresponsabilidade entre esses dois agentes é o que garante a consistência das intervenções e o progresso contínuo do estudante.

No entanto, a pesquisa também evidenciou que essa colaboração ideal enfrenta obstáculos significativos. A falta de formação especializada, a indefinição de atribuições e a ausência de tempo para o planejamento conjunto são barreiras que impedem a consolidação de uma parceria sólida e eficaz. Tais desafios revelam que a inclusão é uma responsabilidade sistêmica que exige investimento em políticas públicas, regulamentação profissional e um compromisso da gestão escolar em criar uma cultura de trabalho em equipe.

Conclui-se, portanto, que a inclusão é um processo dinâmico e contínuo que demanda um esforço conjunto e profissional. O fortalecimento da colaboração entre professores e auxiliares é um passo indispensável para garantir que as escolas se tornem ambientes verdadeiramente democráticos e acolhedores, onde a diversidade é valorizada e cada aluno, com suas singularidades, tenha a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente. Para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudos de campo que investiguem as percepções dos próprios profissionais de apoio sobre os desafios da colaboração, bem como o impacto de programas de formação específicos no sucesso da inclusão.

REFERÊNCIAS

AARONS, M. & GITTENS, T. The handbook of autism: a guide for parents and professionals. London: Routledge. 1992.

BEREOHFF, A. M. P. Autismo, uma visão multidisciplinar. São Paulo: GEPAPI, 1991. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

COSTA, L. A.; FERREIRA, F. Inclusão escolar e mediação pedagógica: a atuação do auxiliar de sala. Cadernos de Educação Especial, v. 35, 2022.

FARIAS, M. T.; CUNHA, S. P. Inclusão de alunos com TEA: a mediação como recurso. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, n. 1, p. 89–102, 2018.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). In: BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O que é? Por que e como se deve fazê-lo?. São Paulo: Editora do Brasil, 2006.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O que

é? Por que e como se deve fazê-lo?. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

MENDES, J. V. A importância do vínculo entre o auxiliar e o aluno. Revista Brasileira de Inclusão Escolar, v. 17, n. 2, p. 102–118, 2021.

OLIVEIRA, M. R.; SOUZA, P. C. O papel do auxiliar de inclusão no processo de escolarização do aluno com autismo. Revista Educação e Realidade, v. 45, n. 2, 2020.

PEETERS, T. Autismo: Entendimento Teórico e Intervenção Educacional, Rio de Janeiro, Editora Cultura Médica, 1998.

PEREIRA, A. L. Educação inclusiva: o papel do mediador escolar. Revista Diálogo Educacional, v. 18, n. 59, p. 291–307, 2018.

SILVA, A. C. et al. Práticas inclusivas e os desafios do profissional de apoio. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, n. 3, 2021.

SOUZA, G. F.; LIMA, R. M. A formação do profissional de apoio escolar. Revista Formação Docente, v. 9, n. 2, p. 123–138, 2023.

TAVARES, M. L. In: Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. ISSN: 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/aluno-autista. Acesso em: 01 de set de 2025.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.